

António da Silva Rego

subsídios para uma teoria didáctica da missionação

Rego define o colonialismo como o corolário de um processo em que, do encontro entre dois povos, o mais desenvolvido tendia naturalmente a moldar o outro o mais próximo da sua imagem. Esta noção comporta três aspectos da maior importância para a compreensão do conceito de colonialismo aqui proposto, na medida em que prenuncia uma concepção evolucionista da História da humanidade, estabelece um nexo de causalidade entre o fenómeno do colonialismo e a natureza humana.

**José Manuel Rosa
Madeira**

????????????????

Enquadramento histórico da temática: antecedentes e condicionantes

É hoje consensual afirmar-se que a História do Colonialismo Europeu contribuiu com alguns dos acontecimentos mais decisivos para o estabelecimento de uma vasta e complexa teia de relações entre sociedades humanas à escala global. Não tão consensual quanto isso, é o debate que, largamente a-científico e a-histórico, ainda hoje permanece em aberto sobre as *virtudes* ou os *malefícios* do colonialismo europeu na sorte das populações sujeitas à sua dominação e exploração. No caso do colonialismo português, destaque-se essa demorada tendência para investir na reconstrução do histórico, gerando uma historiografia apologética da Expansão Portuguesa que, produzida durante o período do Estado Novo, rapidamente exorta os temas da religião para exacerbar a componente religiosa da acção colonizadora dos portugueses. Trata-se ainda de um género discursivo que da História à Antropologia propunha o destacamento das “virtudes” do colonialismo português por contraponto às “carências” ou aos “defeitos” dos restantes sistemas de colonização ocidentais.

A utilização desses temas concorrem antes de mais para uma tentativa de legitimação de determinadas características do que se apresentava como o *temperamento do povo português*, tais como a de um império que se des-

tacava como espaço de cariz multicultural, mas unido por uma história com mais de quatro séculos de convivência mútua traduzindo-se sobretudo pela promoção de um determinado património cultural e religioso, cuja expressão mais evidente seria o estabelecimento de uma estreita relação entre o ensino do português e do catolicismo, respectivamente como língua e religião oficiais do império colonial. Tudo se resumiria à promoção de uma imagem da nação portuguesa construída sobre a premissa das acções de colonização/civilização do “outro” que, no fundo, seria aquela que melhor se coadunava com a estratégia do governo de Salazar de conquista de apreço pelo seu projecto colonial no plano internacional. No plano interno, a situação revestia-se de contornos tanto ou mais interessantes se tomarmos em consideração que o principal objectivo do discurso oficial do Estado Novo resumia-se à proclamação dos territórios ultramarinos como extensões da “mãe” pátria portuguesa. A expansão da cristandade e do império colonial português seriam pois percebidos como partes integrantes de um mesmo processo, relegando desta forma todas as demais motivações para um plano absolutamente lateral ou se quisermos, secundário.

Breve biografia do autor

António da Silva Rego nasceu em Joane, concelho de Famalicão, em 1905, espaço rural de onde saiu com apenas onze anos para Macau para aí iniciar a sua formação sacerdotal no velho seminário de São José. Regressado a Portugal já com quarenta e dois anos, falecendo apenas em 1986, Silva Rego haveria de ser autor de uma muito extensa obra multiplicando trabalhos e títulos sobre a História da Expansão Portuguesa, da colonização e das Missões Religiosas nos diferentes espaços de movimentação portuguesa nesses territórios variados que se designavam com estratégica homogeneidade por “Ultramar”. Entre as suas obras com forte influência na história e ideologia missionária colonial deve destacar-se “O Padroado Português do Oriente”, “A presença de Portugal em Macau”, a demorada série da “Documentação para a História do Padroado Português do Oriente” e as marcantes “Lições de Missionologia”.

Colonialismo, missões, missionários e descolonização

Fundamentalmente, o que aqui proponho é uma análise tão circunstancial quanto detalhada de algumas das ideias principais que norteiam o pensamento de Silva Rego a propósito da situação passada e presente do colonialismo português, entre as quais destaco as seguintes: *a)* definição de colonialismo, *b)* princípios e métodos reguladores do colonialismo português, *c)* o colonialismo português e os outros, *d)* missionação e colonialismo, *e)* missionação e descolonização.

a) Definição do conceito de colonialismo

Rego define o colonialismo como o corolário de um processo em que do encontro entre dois povos, o mais *desenvolvido* tendia naturalmente a moldar o outro o mais próximo da sua imagem. Esta noção comporta três aspectos da maior importância para a compreensão do conceito de colonialismo aqui proposto, na medida em que prenuncia uma concepção evolucionista da História da humanidade, estabelece um

nexo de causalidade entre o fenómeno do colonialismo e a natureza humana, no sentido em que seria intrínseco a todas as sociedades humanas a tendência para afirmarem a sua superioridade através da imposição das suas normas, valores e comportamentos a terceiros e pelo que antecipa da sua explícita identificação com uma determinada prática colonial peculiar.

Em contraste com esta noção propomos uma outra de carácter mais abrangente, segundo a qual por colonialismo entendemos todas as práticas que comportam quer um domínio territorial, económico e político de um povo sobre outro, como a produção de um conjunto de imagens e de ideias que suportam toda uma lógica de dominação. Pretendemos apenas salientar que o colonialismo enquanto fenómeno não se resume apenas às práticas políticas e administrativas estabelecidas com objectivo de normalizar o relacionamento entre colonizador e colonizado. Este remete em igual grau para o mundo das ideias e das imagens que fundamentam as políticas anteriormente enunciadas. Nestes moldes, o conceito de colonialismo assume um âmbito mais vasto na medida em que abarca não somente o domínio territorial de um povo sobre outro, mas também

“(…) the practice, the theory, and the attitudes of a dominating metropolitan center ruling a distant territory”.¹

Digamos que se trata de uma apropriação indevida de um território e das vidas das pessoas que nele habitam. Acima de tudo, a base do colonialismo está na atitude mental que o colonizador adopta perante o nativo cujo governo se encontra sob a sua responsabilidade. Partamos pois do pressuposto em que a mente humana subverte a realidade à medida das suas próprias necessidades. Podemos assim dizer que vivemos num mundo dominado pela representação e em que toda a cultura não é mais do que o resultado de uma interpretação formulada sobre aquilo que se julga ser o seu verdadeiro significado. Dito de outro modo, é através das ideias, particularmente dos fundamentos que as legitimam, que uma nação, povo ou grupo social melhor se apropria do seu semelhante, na medida em que mais do que representações, as ideias apresentam-se como verdadeiras concepções de vida que pelo prestígio associado ao grupo que as formula, tendem a afirmar-se como verdades absolutas. O mundo das ideias e das imagens constitui-se pois como uma das mais importantes ferramentas de análise do fenómeno colonial, na medida em que nestas se encontram contidos os principais fundamentos da sua ideologia, isto é,

“(…) the “real” relations of society do not exist in isolation from it’s cultural or ideological categories”.²

b) Princípios e métodos reguladores do colonialismo português

Sobre os princípios orientadores do colonialismo português – ou se quisermos – as forças de acção inconscientes³, Silva Rego estabelece os seguintes primados: o pre-

¹ Said, 1993: 9.

² Lomba, 1998: 37.

³ Segundo Rego, todas as acções humanas seriam consciente ou inconscientemente dirigidas. Seriam inconscientes todos os actos que o ser humano partilha com as demais espécies animais, isto é, que se-

ceito de amar o próximo; a herança greco-romana e o instinto nacional. Se no primeiro dos três primados salta à evidência a necessidade de enquadrar a acção colonizadora portuguesa sob o prisma da máxima cristã de respeito pelo outro e de sublinhar a sua primazia sobre as vertentes política e económica, já no segundo salienta-se o legado greco-romano como legitimador da componente humanista e integracionista do colonialismo português. No terceiro dos primados sublinha-se ou pretende-se justificar o fomento da escravatura pela necessidade de buscar noutras paragens a mão-de-obra necessária para a concretização deste projecto, que escasseava em território nacional. Se por um lado devemos salientar a influência da teoria luso-tropicalista sobre o pensamento de Rego, é particularmente reveladora dos propósitos perseguidos pelo autor a omissão – quiçá propositada pelas razões que exporei mais adiante – de um eventual contributo árabe para o desenvolvimento da gesta colonizadora portuguesa.

Quanto aos métodos adoptados para atingir tais desideratos Rego aponta os seguintes: cristianização dos povos ultramarinos; divulgação do português como língua oficial do império; adaptação do modelo de administração da metrópole às colónias. Em rigor podíamos reduzir os três pontos anteriores a um só, na medida em que se no conjunto Rego estabelece que a regra do colonialismo português seria a de converter à imagem da metrópole as colónias, lógico seria a transposição para esses contextos as suas redes social, económica, cultural, política e religiosa. O mesmo pressuposto adoptado para se perceber o real contributo da religião católica para o fortalecimento de laços de afectividade entre o colonizador português e os povos ultramarinos podia ser aplicado ao caso da língua. Segundo Rego, ao constatarem a diversidade linguística e *dialectal* dos povos colonizados os portugueses promoveram a instauração de um sistema de comunicação uniforme, propulsor quer do reforço da identidade entre os povos inclusos no império como do estabelecimento da língua portuguesa como sua língua oficial. Ele seria o elemento por via do qual Rego atestava a plasticidade do colonialismo português, na medida em que

“(...) adaptando-se a novas latitudes, tomou novas ressonâncias, perdeu consoantes, abriu vogais, imitou novos sons, empobreceu-se, enriqueceu-se (...) para bem da comunidade”.⁴

riam alheias à sua própria vontade, tais como a alimentação, o descanso ou o convívio social. Actos conscientes seriam, por contraste todos aqueles que resultariam de uma qualquer decisão previamente elaborada e amadurecida. Exemplificando, quando um indivíduo decide às suas próprias custas e sem a interferência de terceiros a prestar auxílio a outrem, fá-lo na sequência de um acto consciente. Quando, por contraste, um indivíduo procura na multidão o convívio com outros indivíduos, fá-lo inconscientemente porque age em função da sua natureza que o induz para a sociabilização. As forças inconscientes que impulsionariam a colonização portuguesa seriam segundo Rego, as seguintes: a) ausência de preconceitos de ordem racial, cultural ou religiosa; b) reconhecimento tácito de que os portugueses não dispunham no seio do seu próprio território do número de indivíduos para levar a cabo tão vasto e ambicioso projecto. Havia pois que recrutar ou resgatar indivíduos de outras localidades que, de forma voluntária ou coerciva se acrescentassem ao contingente português; c) por último no próprio quadro político. Neste sentido, o carácter inconsciente de tais posturas resultaria não de um qualquer processo de formação prévia ao embarque daqueles que posteriormente contactaram com os povos do continente asiático, mas sobretudo em resultado de um longo processo de assimilação e adaptação de múltiplas influências ao quotidiano nacional. Finalmente as forças conscientes que animariam a colonização portuguesa, mais não seriam, segundo Rego, que a materialização dos pressupostos anteriormente enunciados.

⁴ Rego, 1963: 23.

Por último, temos a problemática da administração das colónias. Apesar de subordinar as instâncias governativas das colónias ao governo da metrópole, aplicava-se na medida dos condicionalismos locais o modelo de administração metropolitana.

c) O colonialismo português e os outros

Definido o conceito de colonialismo, os métodos reguladores do colonialismo português, a próxima etapa consiste em determinar o afastamento ou a proximidade do caso português dos demais sistemas ocidentais. Para o efeito, salienta que os colonialismos europeus seguiram duas vias distintas, a saber, uma primeira que Rego associa não a uma nação europeia em particular mas a várias no geral, seria aquela em que o ocupante operaria no tecido social, no aparelho administrativo e na estrutura económica locais as transformações necessárias à satisfação das suas necessidades. Nesta via, o ocupante manteria um relacionamento puramente formal com as populações locais, potenciando a separação territorial e sociológica das comunidades em presença. Ou melhor dizendo, tal revolução operada no quotidiano das sociedades sujeitas a esta via não pressupunha o estabelecimento de quaisquer laços de afectividade, antes pela inversa

“O europeu é sempre europeu, súbdito ou vassalo dum soberano europeu, com direitos e deveres constituídos, pertencendo enfim a uma nação europeia (...) O africano, por seu lado, conserva-se africano (...) Ao contrário do europeu que tem apenas um soberano, ele tem dois: o seu chefe local, a quem deve obediência, e o soberano europeu a quem igualmente presta vassalagem”.⁵

Intimamente associado a este fenómeno de separação territorial e sociológica das comunidades colonizadora e colonizada estaria, segundo Rego, o surgimento do fenómeno do racismo. Segundo Rego, o fenómeno do racismo seria a causa principal do declínio da generalidade dos impérios coloniais, na medida em que esgotadas todas as hipóteses de vir algum dia a constituir-se como parte integrante de uma comunidade una, o colonizado buscava no seio do seu próprio grupo de origem os elementos que lhe permitiam a si próprio pensar-se como uma comunidade independente da tutela do colonizador. Em oposição a esta via, surge uma outra que Silva Rego objectivamente associa ao caso português. A este respeito, Rego salienta que o colonialismo português distinguia-se dos seus congéneres ocidentais pela promoção de um relacionamento fraternal e harmonioso com os povos ultramarinos em detrimento da concretização de eventuais interesses económicos, políticos e militares. Interessante de notar é o facto do binómio nós/outro não se reportar aqui a qualquer distinção entre colonizador e colonizado mas entre sistemas de colonização concorrentes. A rejeição de uma distinção do tipo colonizador/colonizado justificava-se porquê

“Se nele [no africano] acorda e lateja o instinto nacional, dirige-o imediatamente para o seu senhor e soberano natural: el-rei de Portugal”.⁶

⁵ Rego, 1964: 5.

⁶ Idem: 6

Neste sentido, o advento da descolonização seria por Rego equiparado ao do encerramento de uma empresa, no sentido em que esgotadas as fontes geradoras de receitas, fecham-se as portas, abandonam-se os funcionários à sua própria mercê e parte-se para outra. Saliente-se portanto que ao promover a distinção entre o colonialismo português e os colonialismos do norte europeu, Rego propunha tão-somente o redimensionamento da sua componente humanista em detrimento de uma outra que valorizaria a vertente económica. Malgrado os defeitos e as virtudes que associava aos diferentes sistemas de colonização do norte europeu, a actividade colonizadora constituía-se para Silva Rego como um elemento crucial para o incremento das relações humanas, no sentido em que

“(…) enquanto o homem for homem, há-de sentir sempre a necessidade de se expandir, de viajar, de comerciar, de ver o que se passa na casa dos outros, de os influenciar, de os dominar”.⁷

Na mesma linha do enunciado anteriormente proposto surge a distinção entre as noções de colonização e colonialismo. Basicamente o argumento de Rego sustenta-se no pressuposto de que os dois referidos termos estariam associados a faces opostas do mesmo fenómeno. Mais especificamente, o colonialismo designaria a colonização despida de todas as virtudes e pejada de todos os defeitos. A colonização portuguesa seria desta perspectiva percebida por Rego, como um exemplo paradigmático que contrariava a concepção do colonialismo apenas pelo seu aspecto negativo, baseando-se para o efeito no fomento de uma política pretensamente promotora de integração dos povos ultramarinos no tecido social do povo português. Ou melhor dizendo, as noções de colonização e colonialismo designariam respectivamente os *defeitos* e as *virtudes* de um tipo específico de dominação. Deste ponto de vista, a noção de colonialismo designaria a

“(…) a colonização metodologicamente despida de todas as virtudes e vantagens e metodologicamente sobrecarregada de todos os seus defeitos”.⁸

A metrópole surge assim concebida como o centro irradiador da genuína vontade portuguesa em *libertar* das malhas da *barbárie* e da *selvajaria* todos aqueles que desinteressadamente aspirassem à integração de uma nova ordem nascida do encontro de duas culturas.

Nesta retórica *esbatimento* das diferenças entre o mundo do colonizador e do colonizado que organizam todo o pensamento de Rego cumpre-nos esclarecer dois aspectos que, muito embora possam ser analisados separadamente, são da maior importância para o seu respectivo enquadramento. São, nomeadamente: *a)* os perigos em que incorremos quando assumimos como indiscutíveis determinadas imagens sobre uma dada realidade, fenómeno ou acontecimento que se impõem sobre todas as demais baseando-se para o efeito no prestígio daquele ou daqueles que a formularam; e *b)* contributo dos diferentes campos do saber académico, entre os quais aqui destacamos a antropologia, para a legitimação da supremacia das potências coloni-

⁷ Ibidem: 10.

⁸ Ibidem: 12.

zadoras sobre os povos sujeitos ao seu domínio. Tamanho esclarecimento, não merece da nossa parte outra explicação senão aquela que releva da premissa em que a produção de conhecimento não é em qualquer circunstância uma acção espontânea. Ela tem uma história que deve ser contextualizada à luz da lógica dos padrões do pensamento dominantes. Neste sentido, o emprego de categorias como as de *casta* ou *tribo* não concorre senão que

“(...) to render fluid and confusing social and political relationships into categories sufficiently static and reified and thereby useful to colonial understanding and control”,⁹

na medida em que o objectivo da sua elaboração não seria somente o de dar sentido a uma determinada realidade, mas sobretudo manipulá-la em moldes correspondentes à satisfação de um conjunto de preocupações previamente estabelecidas, as quais se constituíam não bastas vezes como ecos dos debates efectuados nas metrópoles ocidentais.

Sendo a cultura definida por Rego como o conjunto das tradições sociais que revestiria de sentido o quotidiano de um povo e que a cultura poderia ser herdada ou adquirida, isto é,

“Herdam-se o ambiente, a tradição, o modo de vestir, de falar, de comer, (...) Adquirem-se novos hábitos, que, regra geral, passam insensivelmente para o rio cultural (...)”,¹⁰

então todas as tradições e práticas culturais seriam susceptíveis de louvar e de aceitar. O problema que daí resultava seria o de que para Rego nem todas as tradições eram susceptíveis de contribuir para o desenvolvimento civilizacional dos povos não europeus. Tratava-se portanto de conceber a cultura não com base num conjunto de significações que conferem um determinado sentido a um complexo de crenças e práticas sob a perspectiva dos seus respectivos actores sociais, mas sobretudo de as submeter a uma grelha interpretativa que exprime a lógica de pensamento dominante da sociedade de origem do colonizador. Não se tratava simplesmente de inventariar um conjunto de práticas ou de comportamentos tidos como originais, mas antes de por em evidência toda uma vasta rede de estratégias, de interesses e de representações por intermédio das quais a cultura de cada povo foi reconstruída e manipulada. Ou melhor dizendo, a problemática que daqui resulta decorre muito simplesmente de

“Much of what appears ancient, integrated, and in need of preservation against the disruptive impact of modern social is itself recently invented”.¹¹

A noção de colonialismo encontrava-se assim associada a uma certa ideia de reденção, no sentido em que pela sua acção, o colonizador português incutia no colonizado a necessidade de romper com as suas próprias origens, como veículo por ex-

⁹ Stoler and Cooper, 1997: 11.

¹⁰ Rego, 1962a: 224.

¹¹ Asad, 1991: 316.

celência de promoção do seu desenvolvimento civilizacional. Ou até mesmo como um *contributo* por excelência para a melhoria, correcção ou mesmo erradicação de elementos considerados pelo colonizador como eventualmente perturbadores da sua promoção cultural e social. Em rigor, o que o autor sugere é que se imponham limites à adaptação, no sentido em que

“ (...) a Igreja admite todos os valores da cultura, muito embora rejeite os elementos ou as unidades de cultura que briguem com a Verdade ou com a Moral”.¹²

d) Missionação e colonialismo

Sobre a temática da missionação e em particular da definição das noções de missão e missionário, Rego salientaria que, em regra, quando destas¹³ se falava, tomava-se por adquirido que num tal processo interagiam apenas e só o missionário e o potencial convertido, o primeiro, símbolo do poder colonial ocidental, e o segundo, símbolo da opressão a que os povos colonizados genericamente estariam sujeitos. Tomava-se então por adquirido que as missões religiosas seriam sem qualquer excepção parte integrante dos projectos coloniais europeus e, nessa medida, um instrumento ao serviço exclusivo dos seus órgãos administrativos. No prefácio de “Lições de Missionologia”, Adriano Moreira, numa clara alusão à tão propalada capacidade dos portugueses se relacionarem com os povos dos “trópicos” sugeria que, em virtude de já não se poder

“ (...) confiar no modo de ser de um povo para assegurar a normal evolução das situações coloniais para o estabelecimento de uma sociedade multirracial paritária (...) se retomem métodos esquecidos ou abandonados [que] implicam que se dedique uma particular atenção à Igreja Católica e às técnicas de comunicação de que tem uma secular experiência nas situações coloniais”.¹⁴

Desta citação depreende-se que a recuperação de um conjunto de técnicas e de métodos de aproximação justificava-se apenas e só por questões de retoma no presente de um legado interrompido no passado pela interferência de elementos considerados marginais à acção do povo português. A actividade evangelizadora não seria pois concebida como um processo estático, mas sobretudo dinâmico, no sentido em que, quer os métodos de conversão adoptados como o grau de adesão de uma comunidade à doutrina proposta, seriam historicamente determinados por circunstâncias irrepetíveis.

Em contraste com esta perspectiva dita subversiva do problema, Rego concebia a actividade missionária como o acto ou acção por intermédio da qual um indivíduo, fosse por inerência das suas funções eclesásticas, fosse por sua própria iniciativa promove o conhecimento da doutrina cristã junto daqueles que a desconhecem ou que simplesmente não a professam. Sendo a instituição eclesiástica – por inerência das suas próprias funções – vocacionada para a evangelização, nunca a sua actividade

¹² Rego, 1962a: 229.

¹³ Entenda-se aqui actividades missionárias.

¹⁴ Moreira, in Rego, 1961a: XIX.

poderia algum dia estar condicionada à realização prévia de qualquer desígnio nacional. Se como acima se encontra expresso, os interesses da Igreja sobrepunham-se aos de qualquer nação, Rego estabelece, em contradição com este enunciado, que a retoma no presente das actividades missionárias justificava-se supostamente pela recuperação de um legado interrompido no passado por elementos considerados marginais à natureza do povo português.

Personagem central no seio desta trama, ao missionário competia, segundo Rego, a) constituir-se no exemplo vivo de aplicação no quotidiano das normas e comportamentos prescritos pela doutrina cristã; b) promover o conhecimento da geografia, dos costumes, crenças e superstições que enquadrariam a sua acção no quotidiano das populações a converter; c) distinguir entre as práticas religiosas susceptíveis de serem banidas, toleradas durante períodos limitados de tempo e aquelas que deviam ser prescritas e adoptadas. Dos três pontos anteriormente enunciados, Rego destacaria a conduta do missionário na medida em que os seus actos e comportamentos seriam tomados como exemplares pelas respectivas comunidades autóctones.

Neste sentido, o colonialismo português distinguia-se ainda de outros sistemas coloniais não somente pela sua matriz humanista/religiosa, mas também por manifestar preocupações de natureza antropológica, isto é, de promover a preservação dos respectivos patrimónios culturais das comunidades sujeitas ao seu domínio. Não se tratava porém de preservar pelo simples prazer de alertar a comunidade internacional para os malefícios que o contacto com os povos europeus poderiam provocar nas sua vivência e mundividência quotidianas, mas sobretudo de salientar que o que à vista de uns podia ser tido como um sinónimo de subdesenvolvimento podia e devia ser tomado como a expressão cabal das preocupações *preservadoras* evidenciadas pelos agentes coloniais portugueses.

A decadência do império encontrava-se desta forma associada não a um reconhecimento tácito do poderio de outras potências coloniais concorrenciais, mas sobretudo a uma dispersão de valores e de motivações suscitadas pela influência de elementos “estranhos” à realidade nacional. Deste modo, à ideia de subdesenvolvimento associada às colónias africanas portuguesas, Rego contrapunha a de preservação, na medida em que o desenvolvimento social e cultural dos povos nativos desses territórios não podia nunca ser promovido à custa da subversão das suas normas e valores. Considerava-se ainda que a unidade do Império Português sob a égide de uma concepção de convivência multicultural só seria retomada através da participação conjunta da comunidade eclesial e dos fiéis na actividade evangelizadora da Igreja. Ou de dar corpo às *evidências* que a própria história fornecia para se concluir que os triunfos do cristianismo foram alcançados

“ (...) quando os leigos se decidiram novamente pertencer à Igreja, não como espectadores, mas como actores, como directamente interessados no “serviço de Deus e de el-Rei””.¹⁵

O apelo de Rego aponta no sentido de se retomarem práticas de participação dos leigos nas obras da Igreja no Ultramar, pois só desta forma se tornava plausível a concretização da máxima cristã de confraternização de várias culturas sob a égide de um único ideal de convivência. A este grupo tão vasto quanto heterogéneo, Rego designa

¹⁵ Rego, 1962b: 61.

de apostolado laico. Etimologicamente, o termo apostolado deriva do de apóstolo que significa mensageiro ou representante. Na história do cristianismo, os apóstolos foram aqueles que tendo acompanhado Jesus Cristo em vida continuaram a pregação da doutrina cristã após a sua crucificação. Assim, o termo apostolado derivaria do estímulo proveniente do exemplo concedido pelos apóstolos às gerações vindouras.

O apostolado moderno constituía-se assim quer no herdeiro legítimo de uma tradição colonial que se destacou das suas congéneres pela sua componente exclusivamente humanista e integracionista, como no actor por excelência no processo de retoma de um legado abruptamente interrompido no passado por factores tidos por externos ao “agir” do povo português. Sem o restabelecimento da sua condição de povo religioso, jamais os portugueses teriam condições de retomar práticas que pela sua própria natureza despertariam no ser humano o verdadeiro alcance de noções como as de liberdade, igualdade e fraternidade.

Do nosso ponto de vista, tal apelo à participação da comunidade de crentes na obra evangelizadora da Igreja, releva de uma outra aproximação ao fenómeno religioso enquanto ferramenta de comunicação e de interpretação do real. Melhor dizendo, a religião comporta na sua essência uma função estruturante, no sentido em que legitima um conjunto de funções socialmente diferenciadas que competem a cada classe ou grupo social, no sentido em que

“ (...) la religion remplit une fonction de conservation de l’ordre social en contribuant, pour parler son langage même, à la « légitimation » du pouvoir des « dominants » et à la « domestication des dominés » (...).¹⁶

Do mesmo modo que hierarquiza pessoas, especifica-lhes funções, determina-lhes estatutos, a religião possibilita uma classificação das acções individuais, classificação que corresponde à satisfação de um conjunto de interesses específicos do grupo que se encontra no poder.

Deste ponto de vista, a “retoma” das questões missionológicas representava não apenas um dos mais sólidos e efectivos impulsos ao fomento da comunicação entre as comunidades em presença, mas sobretudo ao reatamento no sentido académico do termo das relações entre o Estado Português e a Igreja. À vista do exposto, o apostolado moderno constituía-se, deste ponto de vista, no herdeiro legítimo da acção missionária dos portugueses perpetrada durante os séculos dezasseis e dezassete, na medida em que à imagem dos seus antecessores, os missionários “contemporâneos” seriam

“ (...) chamados a viver, integrados nas realidades que hoje nos enfrentam e alertados contra os perigos especiais que de toda a parte nos espreitam”.¹⁷

Torna-se assim por demais evidente a pretensão de Silva Rego em estabelecer uma relação de causalidade entre as *conquistas* alcançadas pelos portugueses no plano político, económico e sobretudo religioso e o contributo das missões religiosas para o estabelecimento de uma rede de relações entre os agentes ao serviço do poder colonial e os povos sujeitos ao seu domínio. Tratava-se então de conceber as missões religiosas como as entidades melhor preparadas para a promoção da lusitanização dos

¹⁶ Bourdieu, 1971 : 299

¹⁷ Rego, 1962c: 359

povos ultramarinos. Para o efeito, foram criadas escolas de ensino especificamente direccionadas para as populações indígenas, cuja direcção seria da incumbência do pessoal missionário e respectivos auxiliares. Na génese destes estabelecimentos de ensino para indígenas, tendo por objectivo imediato a formação de cidadãos *portugueses*, reconhecia implicitamente que os africanos das colónias portuguesas não reuniam, *a priori*, aptidões intelectuais nem as habilitações escolares, tidas como necessárias para se constituírem como cidadãos portugueses de pleno direito. Neste sentido, a submissão desses povos ao domínio colonial português justificava-se pelo imperativo de lhes proporcionar as competências necessárias

“ (...) especiais, a fim de ele[s] poder[em] seguir, mais tarde, nas escolas, os seus irmãos dotados de outra preparação”.¹⁸

Fica provado que ao estabelecer uma distinção de foro qualitativo entre as aptências intelectuais dos portugueses metropolitanos e os povos africanos e respectivos programas de ensino, Rego admite ainda que, implicitamente, uma equiparação dos estabelecimentos de ensino ditos para indígenas ao que hoje designamos por escolas pré-primárias, no sentido em que

“O fim deste ensino seria a preparação [destes] mesmos indígenas para a frequência normal de outras escolas”.¹⁹

Neste sentido, a conversão seria entendida como um processo de promoção social, que aqui se encontra expresso pela aquisição de um estatuto em tudo idêntico ao dos membros da sociedade colonizadora. Ao apelar à participação de todos os portugueses na obra evangelizadora, Rego não pretende senão que elevar a evangelização à categoria de desígnio nacional. Não se tratava contudo de um ensino exclusivamente vocacionado para a formação intelectual e académica do indivíduo, mas sobretudo sentimental e moral. Por tudo isto, os missionários seriam percebidos como se de verdadeiros agentes propagadores de uma nova ordem política e social tratassem, no sentido em que a sua acção traduzia na prática

“ (...) uma retórica que se caracteriza pela produção de inimigos, pela demonização dos adversários políticos e religiosos que começavam a colocar - muitas vezes de modo concreto e não meramente imaginário - desafios importantes ao colonialismo português”.²⁰

e) Missões, e descolonização

A temática da missionação na lógica do pensamento de Rego inscrevia-se de igual modo num processo de correlação entre a queda dos impérios coloniais do norte europeu e o défice de participação de religiosos no quadro das relações estabelecidas com as populações locais. Mais especificamente, Rego considerava que uma das causas primordiais da emergência de movimentos de descolonização em territórios afectos aos impérios coloniais do norte europeu seria a escassa ou até mesmo ine-

¹⁸ Rego, 1962a: 115.

¹⁹ Idem: 117.

²⁰ Valverde, 1992: 29.

xistente participação de missionários nas actividades promovidas pelas respectivas administrações coloniais. No que respeita aos povos sob domínio colonial português, Rego informa que tal não seria possível de acontecer porque

“Nós, portugueses, exactamente porque nunca considerámos a cor como substância, mas sempre como um acidente, não deixámos que entre nós e as populações ultramarinas se levantasse essa barreira”.²¹

No fundo, a ideia que Silva Rego procura reforçar seria a de que o elemento racial não se constituiria num elemento de desagregação das sociedades coloniais sujeitas ao domínio português na medida em que pura e simplesmente não estaria manifesto em qualquer das vertentes do seu modo peculiar de abordar o relacionamento com o outro. Não estaria pois em causa nem os méritos que para Rego podiam e deviam ser atribuídos aos programas de desenvolvimento social e cultural dos povos sujeitos ao domínio das potências colonizadoras francesa e inglesa e ainda menos de questionar o acréscimo de qualidade de vida que lhes adveio da implementação de um sistema de assistência social em tudo equiparáveis ao das suas respectivas metrópoles, mas tão somente de alertar para os perigos que advinham para a política de unidade e de identidade entre os povos colonizados e os seus governantes da prática recorrentemente adoptada de abandono dos primeiros à sua própria mercê.

Na ausência de pessoal especialmente capacitado para promover um relacionamento baseado nas premissas de igualdade de oportunidades e de respeito para com a diferença entre os povos, estavam criadas todas as condições para a emergência de situações de discriminação com fundamentos no elemento racial. A tais sentimentos Rego associava respectivamente as noções de branquitude e negritude. Basicamente, o eixo central que uniria os referidos conceitos seria o de que uma tal distinção seria considerada como o reflexo da influência que o colonialismo ocidental exercera sobre a concepção do indivíduo entre os membros das sociedades colonizadora e colonizada. Melhor dizendo, a noção de branquitude constituía-se na expressão máxima do sentimento de superioridade do ocidental sobre todas sociedades, o qual legitimaria por si só a sua situação de hegemonia. Neste sentido, a imagem do colonizado seria tanto ou mais positiva quanto maior ou mais evidente fosse o seu grau de identificação com a cultura da sociedade colonizadora. O perigo real não seria contudo a proliferação de ideários que proclamariam a aversão a tudo quanto fosse Ocidental, mas sobretudo as orientações dos agentes promotores desses movimentos. Dito de outro modo, o problema seria o de que um tal discurso não apregoava simplesmente o direito à autodeterminação, mas sobretudo o

“ (...) ódio declarado, a tudo quanto é branco, a tudo quanto aparente relações com o branco”.²²

A situação assumia contornos de maior gravidade, conquanto o objectivo desses agentes seria não a libertação desses povos, mas a sua submissão a uma nova ordem social e política de matriz socialista. Neste sentido, a mobilização de todas as classes e grupos de interesses em prol da concretização da gesta colonizadora do povo

²¹ Rego, 1961b: 15.

²² Rego, 1961b: 22.

português justificava-se não somente pela necessidade de contrariar a imagem que persistia no plano internacional sobre a situação colonial portuguesa, mas também em salvaguardar as populações africanas da influência “perniciosa” do comunismo. Para um tal estado de coisas, contribuíra largamente a circulação por África dos ideários comunistas cuja principal estratégia dos agentes ao seu serviço seria a utilização contra os povos do ocidente dito democrata das mesmas armas que no passado lhes conferiu um estatuto de supremacia. A problemática reveste-se para Rego de uma gravidade redobrada, na medida em que o objectivo dessas forças não seria tanto a libertação dos povos africanos, mas tão-somente o de contribuir para a substituição de uma ordem social e política por uma outra de raiz socialista.

Resta-nos então saber como justificaria Rego a emergência de movimentos de libertação de inspiração comunista em territórios cujo padrão de relacionamento entre os povos em presença se destacava pela sua matriz pretensamente humanista e integracionista? Segundo Rego, através da divulgação de uma determinada ideia de medo. Por medo entenda-se aqui não qualquer sentimento de apreensão face a algo que incomode um indivíduo, mas sobretudo como estratégia de intimidação. Neste sentido, o comunismo estaria então para Portugal como o Islão estivera no passado. Uma das estratégias segundo as quais os comunistas procuravam incutir nos mais jovens o referido sentimento, seria o de afirmação da sua própria identidade. Tratava-se de um género de aproximação ao problema em que se induziria o indivíduo à desresponsabilização dos seus actos. Basicamente questionava-se os benefícios que poderiam advir da adopção de uma postura defensora do culto da personalidade, numa concepção da orgânica social como seria a comunista baseada na submissão incondicional do indivíduo ao colectivo. Tratava-se, segundo Rego, de um género de aproximação ao problema em que se induziria o indivíduo a desresponsabilizar-se dos actos ou acções por si cometidos.

Uma análise mais rigorosa dos diversos sentidos que este conceito de medo abarca leva-nos ao conhecimento das seguintes formas: a) medo de pensarmos por nós mesmos; b) medo de afirmarmos o primado da razão e do espiritual; c) medo da nossa consciência; d) medo da afirmação de Deus; e) medo de afirmação da pátria. Sobre o medo de pensarmos por nós mesmos, considerava-se que o ser humano seria naturalmente propenso à emissão de considerações de índole pessoal sobre todo o género de temas. Sobre o primado da razão e do espiritual recaíam os perigos de uma existência levada a cabo sob a égide do materialismo. Em contraponto a um estilo de vida dedicado ao recolhimento e à meditação, os jovens seriam cada vez mais “instigados” a viver uma vida em função da acumulação de riquezas, prestígio social e ao exercício do domínio desregrado sobre os mais fracos.

Já no tocante ao receio a Deus, tal seria para Rego o mesmo que renegar às nossas próprias raízes humanas. Como? Uma das premissas fundadoras da doutrina marxista assenta no conceito de alienação. Segundo Rego, a teoria da alienação estabelecia que a existência de Deus não seria mais do que a projecção de um conjunto de qualidades do ser humano numa entidade sobrenatural, tida como a responsável pela governação dos destinos de toda a humanidade. A teoria da alienação proclamava a recuperação das qualidades que o ser humano projectara numa entidade por si mesmo criada que, ainda para mais estabelecera perante o seu “criador” um conjunto de prescrições e deveres morais a ser cumpridos, sob pena de cair em pecado.

Finalmente, o último dos “medos” enunciados por Rego, seria o medo de afirmação

da “Pátria”. Por todas as razões e mais algumas, Rego informa que houve sempre quem tivesse vergonha das suas origens nacionais. Mais, nunca como então a *traição* à pátria seria justificada em nome de pretensos valores patrióticos, ou subordinados a interesses não menos pretensamente internacionalistas. Seria pois o momento de ripostar contra as vozes que questionavam não apenas os feitos alcançados pelos portugueses no passado, mas sobretudo que atentavam contra os seus interesses actuais, que o futuro da nação a Deus “pertencia” e a seguir ao povo português.

Por tudo isto considero que a relevância da obra de Rego para a compreensão do discurso colonial do Estado Novo justifica-se pelo que dele podemos aferir sobre as tendências e apetências temáticas da historiografia produzida durante esse período. Não sendo de todo o nosso objectivo o de circunscrever a nossa grelha interpretativa sobre a situação do colonialismo português à lógica discursiva salazarista, cumpre-nos reforçar a ideia que o académico, cientista ou político não está imune aos constrangimentos que o seu estatuto social, as suas crenças e motivações pessoais desencadeiam na sua percepção da realidade. Deste modo, o isolamento do colonialismo português no plano internacional seria justificado pela promoção não da exploração desregrada dos povos colonizados e dos seus recursos naturais, mas sobretudo da sua integração através da partilha de um mesmo credo religioso. Neste sentido, podemos ainda considerar que a manutenção da colónias sob a égide do poder português seria concebida como uma espécie de tributo aos feitos alcançados pelos portugueses no passado, nomeadamente pela salvaguarda dos princípios religiosos inerentes à sua acção.

Bibliografia

- ASAD, Talal, 1991, *From the History of Colonial Anthropology to the Anthropology of Western Hegemony*, in STOCKING, George, *Colonial Situations – Essays on the Contextualization of Ethnographic Knowledge*, Wisconsin, The University Wisconsin Press.
- BOURDIEU, Pierre, 1971, “Génese et structure du champ religieux”, in *Revue française de sociologie*, Vol.XII, N°2, pp.295-334, Paris.
- LOOMBA, Ania, 1998, *Colonialism/Postcolonialism*, London and New York, Routledge.
- REGO, António da Silva, 1961a, *Lições de Missionologia*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- REGO, António da Silva, 1961b, *A Cor, Barreira, Argumento e Arma*, Figueira da Foz.
- REGO, António da Silva, 1962a, *Temas Sócio-missionológicos e Históricos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- REGO, António da Silva, 1962b, *Missões*, in *Separata da Revista do Ultramar*.
- REGO, António da Silva, 1962c, *Renovação Missionária em Portugal*, in *A Evangelização do Mundo na Hora do Concílio Ecuménico: lições da 1ª Semana Nacional de Estudos Missionários*.
- REGO, António da Silva, 1963, *Princípios e Métodos da Colonização Portuguesa*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- REGO, António da Silva, 1964, *Angústia e Esperança da História*, Braga, Câmara Municipal de Braga.
- SAID, Edward, 1993, *Culture and imperialism*, New York, Vintage Books.
- STOLER, Ann and COOPER, Frederick, 1997, *Tensions of empire: colonial cultures in bourgeois world*, California, University of California Press.
- VALVERDE, Paulo, 1992, *Viagens no País das Crianças e dos Diabos. O Discurso e as Imagens da Primitividade na Literatura Missionária Portuguesa (1930-1960)*, Lisboa, ISCTE.